
Análise dos resultados

A Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC levanta informações sobre o segmento empresarial da indústria da construção em todo o Território Nacional. A presente análise visa a mostrar as potencialidades dessa base de dados e está estruturada em três seções: na primeira, comentam-se os resultados gerais da pesquisa em 2007; na segunda, analisam-se alguns indicadores selecionados de emprego, salário e produtividade das empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Grandes Regiões e Unidades da Federação, em 2003 e 2007; e, na terceira, compara-se o valor dos tipos de obras e/ou serviços executados por essas empresas, em 2006 e 2007.

Resultados gerais em 2007

Em 2007, as 110 mil empresas do setor ocuparam mais de 1,8 milhão de pessoas, tiveram gastos totais com o pessoal ocupado de R\$ 30,6 bilhões, dos quais R\$ 20,7 bilhões foram em salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 1), o que significou uma média mensal de 2,3 salários mínimos⁶.

As empresas de construção realizaram obras e serviços no valor de R\$ 128,0 bilhões e obtiveram receita operacional líquida de R\$ 122,7 bilhões. Deste montante, R\$ 51,3 bilhões foram construções para o setor público, o equivalente a 40,1% do total das construções executadas, percentual abaixo do observado em 2006 (42,5%). Na comparação com 2006, as construções executadas cresceram 16,9%, assinalando um aumento real de 10,9%⁷.

⁶ Cálculo com base no salário mínimo médio de 2007, no valor de R\$ 373,08, cujo aumento foi de 10,2% em relação a 2006.

⁷ O deflacionamento foi feito pelo índice do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, calculado pelo IBGE, que teve variação de 5,38%.

Tabela 1 - Dados gerais da indústria da construção - Brasil - 2006-2007

Ano	Dados gerais da indústria da construção						
	Número de empresas	Pessoal ocupado	Salários, retiradas e outras remunerações	Gastos com pessoal	Valor das construções executadas	Construções para entidades públicas	Receita operacional líquida
	1 000		1 000 000 R\$				
2006	109	1 542	17 266	25 643	109 540	46 570	104 537
2007	110	1 812	20 650	30 581	128 047	51 320	122 709

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2006-2007.

Em 2007, a expansão do setor da construção está em linha com o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro (5,7%)⁸, com o desempenho da atividade da construção no PIB (5,0%) e com a formação bruta de capital fixo, que avançou 13,5%, assinalando o maior acréscimo desde o início da série histórica, em 1996. A atividade empresarial da construção foi influenciada positivamente por um conjunto de fatores diretamente relacionados à dinâmica do setor, tais como: crescimento da renda familiar e do emprego, aumento do crédito ao consumidor, maior oferta de crédito imobiliário⁹ e manutenção da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de diversos insumos da construção¹⁰.

Além destes fatores, a atividade da construção foi beneficiada por uma conjuntura econômica favorável. O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil manteve até setembro de 2007 a política de redução da taxa básica de juros (SELIC), iniciada em setembro de 2005. Durante este período a taxa básica de juros apresentou redução de 8,50 pontos percentuais, ao passar de 19,75%, em setembro de 2005, para 11,25%, em setembro de 2007, estabilizando-se a partir daí. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, utilizado como referência para o regime de metas de inflação, cresceu 4,46% em 2007, contra 3,14% do ano imediatamente anterior, ficando dentro da meta de 4,50%. A estabilidade dos preços e a redução da taxa de juros contribuíram para um ambiente econômico mais estável, fundamental para a atividade empresarial da construção e para a compra de imóveis pelas famílias, cujos investimentos são feitos considerando prazos de maturação mais longos.

O investimento e o consumo da construção

Em 2007, os investimentos brutos realizados em ativos imobilizados pelas empresas do setor totalizaram cerca de R\$ 5,1 bilhões (Tabela 2). A aquisição de máquinas e equipamentos foi o principal investimento e representou 44,2% do total investido. Em seguida, vieram os gastos com meios de transporte, que corresponderam a 23,1% do valor investido, as compras de terrenos e edificações (21,3%) e outras aquisições (móveis, microcomputadores e ferramentas), que representaram 11,4% do total.

⁸ Série do PIB Trimestral, calculado pelo IBGE.

⁹ Segundo estatísticas do Sistema Financeiro da Habitação, do Banco Central do Brasil, em 2007, o financiamento habitacional atingiu o montante de R\$ 17,6 bilhões, um crescimento de 92,0% em comparação a 2006.

¹⁰ Em fevereiro de 2006, foi reduzido o IPI de 41 materiais de construção.

Tabela 2 - Valor das aquisições na indústria da construção, segundo os bens tangíveis - Brasil - 2007

Bens tangíveis	Valor das aquisições na indústria da construção	
	1 000 000 R\$	Percentual total (%)
Total	5 120	100,0
Terrenos e edificações	1 092	21,3
Máquinas e equipamentos	2 263	44,2
Meios de transporte	1 181	23,1
Outras aquisições	584	11,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2007.

Na PAIC, também são coletados dados dos principais materiais de construção consumidos: asfalto, cimento, concreto usinado, tijolos e vergalhões (Tabela 3). O principal material de construção adquirido foi o cimento, que representou 27,4% do valor dos produtos pesquisados na atividade, seguido pelo asfalto (20,6%), concreto usinado (20,5%), vergalhões (20,4%) e tijolos (11,1%).

Tabela 3 - Valor dos materiais consumidos na indústria da construção, segundo o tipo - Brasil - 2007

Tipo	Valor dos materiais consumidos na indústria da construção	
	1 000 000 R\$	Percentual total (%)
Total	9 411	100,0
Asfalto	1 938	20,6
Cimento	2 581	27,4
Concreto usinado (adquirido de terceiros)	1 928	20,5
Tijolos	1 042	11,1
Vergalhões	1 921	20,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2007.

Indicadores regionais selecionados – 2003/2007

Emprego e salário da construção

Na análise por Grandes Regiões e Unidades da Federação, observam-se mudanças na estrutura do pessoal ocupado e nos salários, retiradas e outras remunerações nas empresas¹¹ com 5 ou mais pessoas ocupadas nos anos de 2003 e 2007.

¹¹ Vale ressaltar que a unidade de investigação da PAIC é a empresa. As informações regionalizadas são provenientes da atuação das empresas nas Unidades da Federação. Nesta análise, foram consideradas somente as informações das empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, pois o estrato das empresas que ocupam de 1 a 4 pessoas não foi desenhado para gerar resultados para as Unidades da Federação.

No confronto entre 2003 e 2007, as empresas da construção nas Regiões Sudeste e Sul reduziram suas participações no pessoal ocupado e nos salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 4), mas continuam sendo responsáveis por mais de 60,0% destas duas variáveis em relação ao País. A Região Sul apresentou a maior perda de participação tanto no pessoal ocupado, que passou de 15,3%, em 2003, para 13,3%, em 2007, quanto nos salários pagos (de 14,1%, em 2003, para 12,2%, em 2007). Esta redução observada no pessoal ocupado deve-se à perda de participação do Rio Grande do Sul, que passou de 6,4%, em 2003, para 5,1%, em 2007. Já nos salários pagos, a perda de participação da Região Sul se deve ao Paraná, que reduziu de 4,7% para 3,9% no mesmo período.

No Sudeste, o pessoal ocupado representava 52,1% do total, em 2003, e passou para 51,1%, em 2007. A maior queda foi verificada no Rio de Janeiro (2,2 pontos percentuais), seguida por São Paulo (1,0 ponto percentual). Em sentido oposto, Minas Gerais e Espírito Santo aumentaram suas participações em, respectivamente, 1,4 ponto percentual e 0,9 ponto percentual. Nos salários pagos, Rio de Janeiro, com decréscimo de 1,8 ponto percentual, e São Paulo, com queda de 1,4 ponto percentual, foram as principais retrações, enquanto Minas Gerais, com avanço de 1,5 ponto percentual foi o destaque no aumento de participação.

A Região Norte apresentou o crescimento mais expressivo no pessoal ocupado (de 6,0% para 7,1%), devido sobretudo ao Pará e ao Amazonas, que apresentaram, respectivamente, aumentos de 0,6 ponto percentual e 0,3 ponto percentual. Em relação aos salários pagos, os principais acréscimos vieram do Amazonas (0,6 ponto percentual) e Pará (0,4 ponto percentual).

O Centro-Oeste também apresentou crescimento relevante em sua participação no pessoal ocupado (de 7,4% para 8,4%) e nos salários pagos (de 6,8% para 7,8%). Quanto ao pessoal ocupado, com exceção do Distrito Federal, que perdeu 0,3 ponto percentual, todos os locais apresentaram incrementos. Já nos salários pagos, todos os estados do Centro-Oeste ganharam participação, sendo Mato Grosso (0,3 ponto percentual) o destaque.

A Região Nordeste elevou sua participação no pessoal ocupado de 19,1% para 20,0% e nos salários pagos, de 15,1% para 16,1%. Entre os estados que ganharam participação, destaca-se o Maranhão, que cresceu no pessoal ocupado e nos salários pagos, respectivamente, 1,1 ponto percentual e 0,6 ponto percentual. Por outro lado, embora tenha sofrido perda de participação nas duas variáveis, a Bahia continua concentrando o maior número de pessoas ocupadas e o maior montante de salários no Nordeste.

A perda de participação das Regiões Sudeste e Sul entre os anos de 2003 e 2007 pode ser explicada pelo desenvolvimento industrial da Zona Franca de Manaus; pela instalação de novas indústrias no Nordeste atraídas por incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais e por menores custos de terrenos e mão-de-obra; pela expansão do turismo, que impulsionou obras no setor hoteleiro; e pela continuidade da expansão da fronteira agropecuária em direção às Regiões Centro-Oeste e Norte, que resultou na instalação de agroindústrias, no crescimento populacional e na urbanização, impulsionando a execução de obras de infraestrutura e de edificações.

Tabela 4 - Participação do pessoal ocupado e dos salários, retiradas e outras remunerações no total das empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação de atuação das empresas - 2003/2007

Grandes Regiões e Unidades da Federação de atuação das empresas	Participação no total das empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas (%)			
	Pessoal ocupado		Salários, retiradas e outras remunerações	
	2003	2007	2003	2007
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	6,0	7,1	5,8	6,7
Rondônia	0,3	0,4	0,3	0,3
Acre	0,2	0,3	0,2	0,3
Amazonas	1,1	1,4	1,0	1,6
Roraima	0,1	0,2	0,1	0,1
Pará	2,8	3,4	2,8	3,2
Amapá	0,2	0,3	0,1	0,3
Tocantins	1,3	1,0	1,2	0,9
Nordeste	19,1	20,0	15,1	16,1
Maranhão	1,4	2,5	1,1	1,7
Piauí	0,9	0,9	0,5	0,5
Ceará	2,4	2,6	1,9	1,9
Rio Grande do Norte	1,5	1,7	1,0	1,4
Paraíba	1,1	0,9	0,5	0,6
Pernambuco	3,5	3,4	2,6	2,9
Alagoas	1,0	0,7	0,7	0,6
Sergipe	1,4	1,2	0,9	0,9
Bahia	6,2	5,9	5,8	5,7
Sudeste	52,1	51,1	58,1	57,2
Minas Gerais	11,2	12,6	9,3	10,8
Espírito Santo	2,5	3,4	2,3	3,1
Rio de Janeiro	11,8	9,6	14,5	12,7
São Paulo	26,6	25,6	32,0	30,6
Sul	15,3	13,3	14,1	12,2
Paraná	4,5	4,3	4,7	3,9
Santa Catarina	4,3	3,9	3,8	3,4
Rio Grande do Sul	6,4	5,1	5,5	4,9
Centro-Oeste	7,4	8,4	6,8	7,8
Mato Grosso do Sul	1,0	1,5	1,0	1,1
Mato Grosso	1,1	1,5	1,0	1,3
Goiás	2,6	2,9	2,4	2,6
Distrito Federal	2,8	2,5	2,5	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2003/2007.

O salário médio da construção

A análise do salário médio¹² das empresas de construção com 5 ou mais pessoas ocupadas mostrou que apesar da média salarial da atividade no Brasil ter aumentado, em termos nominais, de R\$ 761,76, em 2003, para R\$ 955,08, em 2007, em termos de número de salários mínimos houve decréscimo de 3,3 para 2,6. Este recuo deve-se ao aumento real obtido pelo salário mínimo, cuja média cresceu de R\$ 230,77, em 2003, para R\$ 373,08, em 2007, assinalando aumento de 61,7%, enquanto a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC foi de 20,8%, registrando um ganho real de 33,8%. Por sua vez, o salário médio nominal no setor empresarial da construção avançou 25,4% no período, ligeiramente acima da inflação, registrando aumento real de 3,8%.

O Sudeste continua apresentando os maiores salários entre as regiões do País, cuja média passou de R\$ 850,11 para R\$ 1 068,36, entre 2003 e 2007, assinalando um aumento real de 4,0%. Este resultado foi influenciado pelos Estados do Rio de Janeiro, que variou de R\$ 940,75 para R\$ 1 263,55 (ganho real de 11,2%); Minas Gerais, que passou de R\$ 629,36 para R\$ 821,49 (aumento real de 8,1%); e São Paulo, que evoluiu de R\$ 919,23 para R\$ 1 142,11 (aumento real de 2,9%).

Em seguida, destaca-se a Região Nordeste, com média salarial de R\$ 602,42, em 2003, e R\$ 769,59, em 2007, tendo um incremento real de 5,8%. Este movimento de ganho real nos salários foi observado, principalmente, nos Estados da Paraíba (25,0%), Sergipe (21,4%), Rio Grande do Norte (20,8%) e Pernambuco (18,0%). Vale mencionar que a Bahia continua representando a maior média salarial, sendo R\$ 721,48, em 2003, e R\$ 911,09, em 2007 (ganho real de 4,5%).

O Centro-Oeste também apresentou aumento na média salarial, sendo R\$ 701,46, em 2003, e R\$ 883,97, em 2007, com ganho real de 4,3%. O Distrito Federal aparece como o principal destaque, com ganho real de 27,0%, registrando o mais elevado salário médio da região (R\$ 1 032,66).

Na Região Sul, a maior média salarial foi do Rio Grande do Sul, que passou de R\$ 653,10, em 2003, para R\$ 922,45, em 2007 (ganho real de 16,9%), acima do ganho real da região (3,6%). Importante citar que o estado também apresenta os maiores salários pagos na região.

Vale mencionar também a Região Norte que, nos dois anos de análise, assinalou a segunda maior média salarial em termos nominais, com crescimento de 0,8%. Os destaques foram Amapá e Amazonas que obtiveram ganhos salariais em termos reais de, respectivamente, 53,6% e 22,1%.

¹² O cálculo do salário médio mensal foi efetuado pela divisão da soma dos salários, retiradas e outras remunerações pelo número de pessoas ocupadas, dividindo-se este resultado por 13.

**Tabela 5 - Salário médio nas empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas,
segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
de atuação das empresas - 2003/2007**

Grandes Regiões e Unidades da Federação de atuação das empresas	Salário médio nas empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas (1)		
	Valor (R\$)		Variação percentual 2007/2003 (%) (2)
	2003	2007	
Brasil	761,76	955,08	3,8
Norte	732,63	892,10	0,8
Rondônia	732,36	746,05	(-) 15,7
Acre	636,07	747,88	(-) 2,7
Amazonas	722,38	1065,83	22,1
Roraima	774,49	628,64	(-) 32,8
Pará	768,67	884,07	(-) 4,8
Amapá	450,66	835,98	53,6
Tocantins	727,06	865,41	(-) 1,5
Nordeste	602,42	769,59	5,8
Maranhão	602,33	661,89	(-) 9,0
Piauí	481,45	500,14	(-) 14,0
Ceará	606,19	687,10	(-) 6,2
Rio Grande do Norte	513,95	749,80	20,8
Paraíba	388,36	586,52	25,0
Pernambuco	567,16	808,78	18,0
Alagoas	595,61	788,02	9,5
Sergipe	490,74	719,91	21,4
Bahia	721,48	911,09	4,5
Sudeste	850,11	1068,36	4,0
Minas Gerais	629,36	821,49	8,1
Espírito Santo	683,06	876,12	6,2
Rio de Janeiro	940,75	1263,55	11,2
São Paulo	919,23	1142,11	2,9
Sul	701,10	877,18	3,6
Paraná	793,15	863,31	(-) 9,9
Santa Catarina	675,91	834,21	2,2
Rio Grande do Sul	653,10	922,45	16,9
Centro-Oeste	701,46	883,97	4,3
Mato Grosso do Sul	756,80	718,29	(-) 21,4
Mato Grosso	714,82	839,25	(-) 2,8
Goiás	704,52	861,19	1,2
Distrito Federal	673,21	1032,66	27,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2003/2007.

(1) Salários, retiradas e outras remunerações/Pessoal ocupado. (2) Considerando a variação da inflação no período medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, que foi de 20,8%

Produtividade do pessoal ocupado na construção

A produtividade da indústria da construção, definida como o valor das obras e/ou serviços da construção executados dividido pelo número de pessoas ocupadas, tem o objetivo de mensurar a eficiência do trabalho no setor. Em 2007, a produtividade nacional foi em média R\$ 76,2 mil por trabalhador.

A Região Norte registrou a maior produtividade por pessoal ocupado, tanto em 2003 (R\$ 61,9 mil), como em 2007 (R\$ 81,8 mil). Entre suas Unidades da Federação, Rondônia assinalou a maior produtividade em 2003, superando em R\$ 26,4 mil a média regional. Já em 2007, a maior produtividade veio do Amazonas (R\$ 106,5 mil), que superou em R\$ 24,7 mil a média regional. Observa-se também que Tocantins apresentou, em 2003, uma produtividade inferior à média regional em R\$ 3,7 mil e, em 2007, obteve produtividade de R\$ 22,2 mil superior à média.

O Sudeste, em 2007, com produtividade de R\$ 81,4 mil por trabalhador, registrou a segunda maior produtividade do País. Os estados com as maiores produtividades nos dois períodos de análise foram Rio de Janeiro (R\$ 97,1 mil) e São Paulo (R\$ 85,4 mil), que obtiveram, em 2007, média superior à regional.

Na Região Centro-Oeste, o Distrito Federal (R\$ 88,9 mil) e o Mato Grosso do Sul (R\$ 81,2 mil), foram os que exibiram as maiores produtividades, ficando acima da média regional em 2007, situada em R\$ 80,7 mil. Por sua vez, a Região Sul com produtividade, em 2007, de R\$ 73,2 mil ficou R\$ 3,0 mil abaixo da média nacional, sendo o Paraná (R\$ 77,5 mil) o único estado a apresentar produtividade superior à média regional.

Com todos os seus estados apresentando valores abaixo da média nacional, o Nordeste assinalou produtividade, em 2007, de R\$ 61,3 mil. As Unidades da Federação que registraram produtividade maior que a média nordestina foram Alagoas (R\$ 72,5 mil), Bahia (R\$ 63,5 mil) e Pernambuco (R\$ 61,5 mil).

Tabela 6 - Produtividade nas empresas de construção, com 5 ou mais pessoas ocupadas, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003/2007

Grandes Regiões e Unidades da Federação de atuação das empresas	Produtividade nas empresas de construção, com 5 ou mais pessoas ocupadas			
	Valor (1 000 R\$)		Diferença frente à média regional	
	2003	2007	2003	2007
Brasil	55,7	76,2	-	-
Norte	61,9	81,8	-	-
Rondônia	88,3	74,0	26,4	(-) 7,8
Acre	60,9	85,0	(-) 1,0	3,2
Amazonas	75,8	106,5	14,0	24,7
Roraima	77,2	75,1	15,4	(-) 6,7
Pará	55,4	67,5	(-) 6,5	(-) 14,3
Amapá	49,1	66,7	(-) 12,7	(-) 15,1
Tocantins	58,2	104,0	(-) 3,7	22,2
Nordeste	44,7	61,3	-	-
Maranhão	50,1	60,8	5,4	(-) 0,4
Piauí	38,8	50,7	(-) 6,0	(-) 10,6
Ceará	43,8	60,6	(-) 1,0	(-) 0,6
Rio Grande do Norte	39,4	59,2	(-) 5,4	(-) 2,0
Paraíba	33,4	60,3	(-) 11,4	(-) 0,9
Pernambuco	43,4	61,5	(-) 1,3	0,3
Alagoas	42,2	72,5	(-) 2,5	11,3
Sergipe	41,2	56,3	(-) 3,6	(-) 5,0
Bahia	49,8	63,5	5,1	2,2
Sudeste	59,9	81,4	-	-
Minas Gerais	42,9	63,4	(-) 16,9	(-) 18,0
Espírito Santo	47,5	72,8	(-) 12,4	(-) 8,6
Rio de Janeiro	57,4	97,1	(-) 2,5	15,8
São Paulo	69,3	85,4	9,5	4,1
Sul	50,8	73,2	-	-
Paraná	55,4	77,5	4,7	4,3
Santa Catarina	51,4	72,4	0,6	(-) 0,7
Rio Grande do Sul	47,1	70,0	(-) 3,7	(-) 3,1
Centro-Oeste	59,9	80,7	-	-
Mato Grosso do Sul	63,1	81,2	3,2	0,5
Mato Grosso	63,2	80,6	3,3	(-) 0,1
Goiás	53,7	73,4	(-) 6,2	(-) 7,3
Distrito Federal	63,1	88,9	3,2	8,2

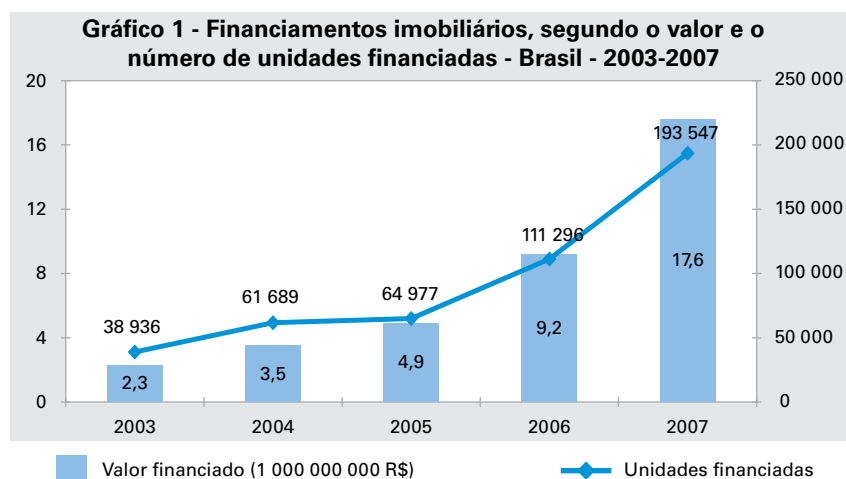
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2003/2007.

Obras e serviços da construção – 2006-2007

Os produtos da indústria da construção, retratados pela PAIC desde 2002, são os diversos tipos de obras e/ou serviços executados pelas empresas de construção no ano de referência da pesquisa. Esses produtos mostram, por exemplo, o valor construído de *edificações residenciais; edificações comerciais; plantas industriais; rodovias; pontes e túneis; aeroportos; redes de distribuição de água; barragens e represas para geração de energia elétrica; instalações elétricas e de telecomunicações*, dentre outros. Nesta análise¹³, os 54 produtos foram agregados em quatro grandes grupos: **obras residenciais; edificações industriais, comerciais e outras edificações não residenciais; obras de infraestrutura; e outras obras**.

Em 2007, o valor das obras e/ou serviços executados pelas empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas cresceu 14,4%, em termos nominais, e 8,6% descontados os efeitos inflacionários¹⁴.

O valor do segmento de **obras residenciais** avançou 6,3% em termos nominais¹⁵, em função, principalmente, do crescimento de *edificações residenciais* (13,9%), produto de maior peso na construção e diretamente influenciado pelo crédito imobiliário, cujo aumento está relacionado a aprimoramentos no marco regulatório¹⁶ do setor. O valor emprestado foi 92,0% superior ao de 2006 e o número de unidades financiadas, 73,9% maior. Segundo estatísticas do Sistema Financeiro da Habitação, do Banco Central do Brasil, foram liberados com recursos da caderneta de poupança, em 2007, R\$ 17,6 bilhões no financiamento de 193 547 unidades, sendo 51,1% deste montante destinados a novas construções de imóveis e o restante para a compra de moradias usadas. O valor médio do financiamento por unidade foi de R\$ 91 046, um aumento de 10,4% em relação ao valor médio de 2006 (R\$ 82 454). Somado aos recursos da poupança, foram destinados mais de R\$ 6,2 bilhões para o financiamento de habitações populares com recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que possui taxas de juros inferiores às praticadas no Sistema Financeiro da Habitação.



Fonte: Sistema financeiro nacional. Sistema financeiro de habitação. Estatísticas do sistema financeiro de habitação 2003-2007. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, [2007-2008]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFHESTAT>>. Acesso em: abr. 2009.

¹³ Consideraram-se somente as informações das empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, pois o estrato das empresas que ocupam de 1 a 4 pessoas não foi desenhado para gerar resultados para o âmbito de obras e serviços da construção.

¹⁴ Conforme deflacionamento pelo índice do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, calculado pelo IBGE, cujo acréscimo foi de 5,38% em 2007.

¹⁵ Optou-se por analisar a evolução do valor dos produtos da construção em termos nominais, pois o SINAPI, calculado pelo IBGE, não é detalhado por tipos de obras e/ou serviços.

¹⁶ Nos últimos anos, foram promulgadas as leis da alienação fiduciária (Lei nº 9.514, de 20.11.1997) e do incontroverso e do patrimônio de afetação (Lei nº 10.931, de 02.08.2004).

Além dos recursos oriundos da caderneta de poupança, a abertura do capital, na Bolsa de Valores de São Paulo, de várias empresas de construção possibilitou a captação de recursos de longo prazo, em grande parte provenientes do exterior, mostrando-se uma alternativa ao crédito bancário. Mais capitalizadas, algumas dessas firmas puderam expandir seus investimentos para outros estados e direcionar parte dos recursos para a construção de moradias voltadas para o “segmento de baixa renda”, constituído por imóveis de R\$ 40 mil a R\$ 100 mil, e o “segmento econômico”, constituído pelas unidades de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil, (DIAS, 2008), nos quais se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro.

O grupo de **edificações industriais, comerciais e outras edificações não residenciais** apresentou acréscimo de 31,4%, impulsionado pelo aumento em obras de *edificações comerciais (shoppings, supermercados, lojas, etc.)*, com avanço de 143,2%, *plantas industriais (para refinarias, siderúrgicas, indústria química e outras)*, com incremento de 172,5%, e *plantas para mineração*, com acréscimo de 179,8%.

O valor das **obras de infraestrutura**, grupo de maior peso na construção, foi 13,5% superior ao de 2006. O maior impacto positivo veio de *ruas, praças, calçadas ou estacionamentos*, com acréscimo de 56,0%. Vale mencionar, ainda, *dutos (oleodutos, gasodutos, minerodutos)*, com 42,6% de crescimento; *usinas, estações e subestações hidroelétricas, termelétricas e nucleares* (82,5%); e *redes de instalações de torres de telecomunicações de longa ou média distância* (35,1%).

Por fim, o grupo **outras obras** avançou 6,1%. As principais contribuições positivas vieram de *montagem de estruturas metálicas* (96,6%), *instalações hidráulicas, sanitárias, de gás* (16,9%) e *montagem e desmontagem de escoramentos, andaimes, arquiabancadas, passarelas e outras estruturas* (13,6%).

Tabela 7 - Valor das obras e/ou serviços da construção das empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, segundo os grupos de produtos e/ou serviços da construção - Brasil - 2006-2007

Grupos de produtos e/ou serviços da construção (1)	Valores das obras e/ou serviços da construção das empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas			
	Valor (1 000 R\$)		2007/2006 (%)	
	2006	2007	Variação	Composição
Total	99 546 050	113 904 981	14,4	14,4
Obras residenciais	19 310 755	20 518 390	6,3	1,2
Edificações industriais, comerciais e outras edificações não-residenciais	21 981 490	28 889 846	31,4	6,9
Obras de infraestrutura	36 442 548	41 359 877	13,5	4,9
Outras obras	21 811 256	23 136 868	6,1	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2006-2007.

(1) Obras novas, reformas e manutenção.